



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS**

**KAROLAINY INGRID DA SILVA**

**O RETRATO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO BRASIL E A  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO**

**RECIFE**

**2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS**

**KAROLAINY INGRID DA SILVA**

**O RETRATO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO BRASIL E A  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Ciências Geográficas, DCG, da  
Universidade Federal de Pernambuco,  
como parte dos requisitos necessários à  
obtenção do título Licenciatura de  
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fredson Pereira da  
Silva

**RECIFE**

**2025**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva , Karolainy Ingrid da .

O RETRATO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO BRASIL E A  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DE  
ENSINO. / Karolainy Ingrid da Silva . - Recife, 2025.

54 : il., tab.

Orientador(a): Fredson Pereira da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia -  
Licenciatura, 2025.

Inclui referências.

1. Professor de Geografia . 2. Educação pública . 3. Valorização docente. I.  
Silva , Fredson Pereira da . (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

**KAROLAINY INGRID DA SILVA**

**O RETRATO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO BRASIL E A  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO**

TCC apresentado ao Curso de  
Licenciatura em Geografia da  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Campus Recife, como requisito para a  
obtenção do título de Licenciada em  
Geografia.

Aprovado em: 15/08/2025.

**BANCA EXAMINADORA**



Documento assinado digitalmente  
**FREDSON PEREIRA DA SILVA**  
Data: 14/11/2025 20:17:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profº. Dr. Fredson Pereira da Silva (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profª. Drª. Ana Caroline Damasceno Souza de Sá (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Dr. Antônio Marcos dos Santos (Examinador Externo)  
Universidade de Pernambuco

Dedico esse trabalho à Mércia Maria.

Dedico este trabalho a minha mãe, que me ensinou com silêncio e gestos o verdadeiro significado de amor, sacrifício e dignidade.

Mainha, cada linha escrita aqui carrega a sua força, cada conquista minha é reflexo da sua. É nos seus braços que eu busco abrigo, na sua voz que busco direção e no seu coração que encontro persistência e esperança.

Esta conquista é feita da sua história, da sua luta e da sua imensa ternura. Tudo que sou carrega o nome que me deu a vida: **Mércia Maria.**

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, Mércia Maria dedico um agradecimento especial, por ser um exemplo de resistência, dedicação e amor incondicional. Sua luta incansável para garantir a minha formação, mesmo diante de inúmeras privações, foi e sempre será um dos maiores motivos de orgulho. É impossível descrever em palavras tudo o que ela representa em minha vida. Sua luta diária para garantir que nunca me faltasse nada. Por muitas vezes exercendo papel de pai e mãe, sempre presente, sempre preocupada, sempre zelosa, sempre forte. Foi e é conselheira, companheira, abrigo e proteção. Em cada conquista minha, possui uma parte dela. Em cada diploma, em cada vitória e em cada suor. Nunca permitiu que eu duvidasse do meu potencial, e mesmo em silêncio, me impulsiona com o olhar, com a presença e com os gestos. Sua presença constante, apoio inabalável e palavras de incentivo foram determinantes para que este trabalho fosse realizado, então essa conquista também é sua.

Manifesto também minha profunda gratidão aos amigos Tony Duarte e Rayana Nascimento, companheiros fiéis durante toda a minha graduação. A caminhada universitária se tornou mais leve e significativa com o apoio mútuo, a escuta generosa e a amizade verdadeira que ambos me proporcionaram. Em cada etapa desta jornada — dos momentos de desânimo aos de celebração, pude contar com a parceria, o incentivo e o acolhimento de ambos. Suas presenças foram fundamentais para que eu não perdesse o ânimo nem a confiança em minha própria capacidade.

Não poderia deixar de mencionar uma pessoa que se fez presente em minha caminhada da graduação desde o início. A Diego, agradeço por ter sido apoio, incentivo e por estar ao meu lado em momentos em que a jornada acadêmica parecia pesar mais. Houve fases em que a sua compreensão foram fundamentais para que eu persistisse e não desistisse de seguir em frente. Cada gesto de apoio, mesmo em silêncio, teve o seu valor e deixou marcas positivas nessa etapa da minha vida.

Deixo meu agradecimento também para a minha melhor amiga da vida, Flavia Rhayza, que caminha comigo desde meus 14 anos. Sua presença e apoio durante todas as fases da minha vida torna tudo ainda mais leve. Me escuta, me repreende, me apoia, mas não solta a minha mão. Contar com você nessa etapa da minha vida faz com que eu me enxergue ainda mais vitoriosa.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Este trabalho de conclusão não representa apenas o encerramento de um ciclo, mas também a materialização de um percurso construído com fé e profunda gratidão.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar a realidade docente do professor de Geografia nas redes públicas de ensino no Brasil, focando nos processos da precarização do trabalho docente. O presente trabalho vai partir da análise crítica e estudar as condições de contratação, a sobrecarga das atividades que são realizadas e a desvalorização salarial que afetam diretamente na atuação da profissão. Para fundamentar essa análise, utilizará dados estatísticos de órgãos oficiais e pesquisas recentes. O objetivo principal do trabalho é analisar como essas dinâmicas passam a impactar o desempenho pedagógico e a desvalorização da profissão docente no contexto da educação básica nas redes públicas de ensino. A metodologia do trabalho utilizada é de carácter bibliográficos e análise documental, o presente estudo investiga dados de pesquisas acadêmicas recentes e relatórios oficiais de portais. Os resultados apontam que a precarização passa a comprometer a qualidade do ensino e contribui para a desvalorização da carreira docente. A análise das literaturas evidencia um processo de desvalorização docente que não se limita apenas a dimensões materiais do trabalho, mas sim, a aspectos simbólicos e subjetivos na carreira docente. Os resultados traçados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira permitiu traçar um panorama nacional, regional e estadual da formação dos docentes que atuam no ensino da Geografia no Brasil. A leitura crítica dos dados associada com a análise das literaturas possibilita identificar os processos de precarização da docência. Se torna necessário reforçar a necessidade de políticas públicas que possam reverter esse processo de precarização e passe a contribuir para um debate eficaz para uma valorização de uma profissão docente.

**Palavras-chave:** Professor de Geografia; Educação pública; Valorização docente.

## **ABSTRACT**

This term paper analyses the situation of geography teachers in Brazil's public schools, focusing on the precariousness of teaching work. Starting from a critical perspective, the study investigates working conditions, forms of contracting, overload of activities and devaluation of salaries, all of which have a direct effect on professional performance. Statistical data from official bodies and recent academic research are used to support the analysis. The aim is to understand how these dynamics impact on pedagogical performance and the social appreciation of the teaching profession, especially in the context of basic education in the public sector. The methodology used is bibliographical and qualitative, and the study investigates data from recent surveys, official reports and academic analyses of this data. The results indicate that job insecurity compromises the quality of teaching and contributes to teacher demotivation, reinforcing the need for public policies that reverse the process of job insecurity and contribute to an effective debate on valuing the teaching profession.

**Keywords:** Geography teacher, Public education, Teacher valorization,



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>15</b>
2.1 Objetivo geral .....	15
2.2 Objetivos Específicos .....	15
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
3.1 A precarização do trabalho docente no Brasil .....	16
3.2 Conceituação da precarização do trabalho .....	18
3.3 Condições de trabalho e vínculos empregatícios precários .....	22
3.4 O retrato do professor de Geografia na rede pública.....	25
3.5 Formação inicial e continuada do Professor de Geografia.....	27
3.6 Condições de trabalho dos professores de Geografia por região.....	30
3.7 Perfil atual dos professores de Geografia .....	34
3.8 Análises críticas das políticas de valorização dos professores .....	37
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>42</b>
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>44</b>
5.1 A precarização do trabalho docente: uma análise a partir da literatura .....	44
5.2 Análise estatística sobre o perfil e a precarização dos professores de Geografia .....	45
5.3 Pernambuco: Avanços e Limites.....	49
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A precarização do trabalho docente tem sido uma das maiores ameaças à qualidade da educação pública no Brasil. Esse processo se manifesta por meio de baixos salários, contratos temporários, acúmulo de funções, ausência de condições adequadas de trabalho e desvalorização da formação docente, especialmente nas disciplinas de Ciências Humanas, como a Geografia. Os professores enfrentam desafios estruturais e institucionais que comprometem tanto a sua saúde quanto a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

Estudos apontam que a precarização compromete não apenas o desempenho profissional, mas também a permanência dos docentes na carreira, o que agrava o problema da rotatividade e da evasão profissional (Castro; Cardoso; Nunes, 2025).

O presente trabalho passa a compreender como a precarização do trabalho docente se manifesta de forma diferenciada nas diversas regiões do país e como impacta diretamente os professores da rede pública de ensino, além de permitir uma análise mais crítica das políticas voltadas à valorização docente. O presente trabalho visa, portanto, contribuir para o debate sobre a valorização e condições de trabalho dos professores de Geografia, buscando subsídios que possam fundamentar propostas de políticas públicas que atendam as melhorias para o trabalho docente na Geografia.

O presente trabalho de curso propõe-se a analisar o retrato do professor de Geografia no Brasil. Investigando como a precarização docente se manifesta em diversas áreas, sendo elas, condições de trabalho, remuneração, infraestrutura escolar e políticas educacionais. A escolha do tema se justifica por uma urgência de se avaliar as reais condições do exercício da carreira docente em Geografia, diante de um problema crescente de desvalorização profissional. Ao compreender essa precarização da docência em Geografia.

Diante da intensificação da precarização do trabalho docente no Brasil, especialmente entre os professores da rede pública, surge a necessidade de compreender como essa realidade afeta profissionais de áreas específicas como a Geografia. Assim, o problema que norteia essa pesquisa é: Como a precarização das condições de trabalho tem impactado os professores de Geografia da rede pública no Brasil, considerando seus vínculos empregatícios, formação docente e políticas de valorização profissional?

O presente trabalho de curso usará como metodologia a pesquisa bibliográfica e análise documental, com base em dados de fontes oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o Censo Escolar da Educação Básica. Dessa forma, procura embasar a análise em dados concretos, garantindo a consistência e a qualidade da pesquisa.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

- Analisar a precarização do trabalho dos professores de Geografia na rede pública de ensino, considerando suas condições de trabalho, vínculos empregatícios e políticas de valorização docente.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Discutir os principais fatores que contribuem para a precarização do trabalho docente nas redes públicas de ensino.
- Investigar as características da formação inicial e continuada dos docentes da área de Geografia.
- Avaliar as políticas públicas voltadas à valorização do professor de Geografia.
- Propor uma intervenção reconhecendo a centralidade do professor de Geografia.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 A precarização do trabalho docente no Brasil**

A precarização da docência se tornou um fenômeno que veio se consolidando ao longo das últimas décadas. No contexto educacional brasileiro, essa precarização passa a se evidenciar por uma desvalorização de carreira, baixos salários, sobrecarga de tarefas pedagógicas e um déficit na formação continuada, além de evidenciar uma escassez em políticas públicas que sejam voltadas para uma valorização dos docentes. Segundo o Censo Escolar de 2017, divulgado pelo INEP, aproximadamente 33% dos docentes estão em contratos temporários pelo Brasil, tanto na rede municipal quanto na rede estadual. Essa proporção de contratos geram uma instabilidade na profissão, prejudica a continuidade de projetos pedagógicos dentro na comunidade escolar e corrobora com uma precarização de um trabalho docente no País.

No campo da Geografia, por ser uma disciplina complexa que exige domínio de conteúdo a partir de diversas ciências e um planejamento aprofundado, torna-se indispensável à adoção de práticas pedagógicas e ferramentas como, e aulas de campo e atividades que dialoguem com a realidade dos alunos. Nesse contexto, a precarização do trabalho docente compromete diretamente na implementação de metodologias ativas que promovam uma análise crítica e contextualizada para os estudantes. Além disso, observa-se que muitos docentes atuam no Brasil sem a formação específica na área, o que passa a comprometer a qualidade do ensino e um domínio teórico metodológico que se faz necessário para o exercício da docência em Geografia.

De acordo com Guy Standing (2011), ao desenvolver o conceito de “precariado”, o autor caracteriza nova essa “classe do proletariado” como um resultado de grandes transformações contemporâneas marcadas por uma instabilidade financeira e insegurança no trabalho. Observando a precarização na docência no Brasil, percebe-se que essas características do “precariado” de Standing faz-se presente nas redes públicas do Brasil, em especial nas municipais e estaduais que são mais vulneráveis socioeconomicamente.

A precarização do trabalho docente no Brasil não está apenas ligada à forma de contratação, mas envolve um conjunto de problemas que passam a estruturar as condições de trabalho e a carreira docente dos professores de Geografia pelo país,

como: vínculos empregatícios precários, a escassez de formação continuada dos professores de Geografia.

Saviani (2013) destaca que a precarização do trabalho docente está vinculada a uma falta de formação crítica e a uma desvalorização na docência. Para ele, o docente precisa ser um agente transformador no processo educativo, buscando a sua autonomia e condições de trabalho adequadas, para que assim consiga exercer a sua função social de maneira clara. É importante considerar que essa precarização da docência se tornou uma consequência direta das reformas educacionais de caráter neoliberal, as quais, com o passar dos anos, passou a adotar a lógica do mercado no setor público. A reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) - redução de carga horária. A Lei foi revogada pela Política Nacional do Ensino Médio nº 14.945/2024 instituída recentemente em 31/07 do ano passado.

Essas reformas educacionais, ao priorizarem resultados quantificáveis e indicadores de desempenho, negligenciam o processo educativo contribuindo para uma desumanização da carreira docente. Nesse contexto, o professor de Geografia deixa de ser reconhecido como um profissional crítico e autônomo e passa a ser visto como um mero executor de políticas curriculares padronizadas.

Outro aspecto fundamental que passa a agravar a precarização na docência é o pouco tempo de planejamento que muitos professores possuem para construir trabalhos no ambiente escolar. Esse pouco tempo pedagógico pode impossibilitar alguns docentes na construção e consolidação de projetos interdisciplinares, o que pode prejudicar o desenvolvimento de uma proposta pedagógica que seja voltada para uma construção de vínculos mais profundos com os alunos, com a gestão escolar e com os pais, elementos que são essenciais para uma prática de uma geografia crítica e reflexiva.

Além dos fatores apresentados, é fundamental considerar que a precarização do trabalho docente nas redes públicas se manifesta nas dificuldades que são encontradas dentro do entorno escolar, a ausência de materiais adequados, escassez de materiais pedagógicos, estudantes em situações de vulnerabilidades e uma infraestrutura adequada. Essa realidade, especialmente em regiões vulneráveis socioeconomicamente limita um ensino de qualidade para o ensino de uma Geografia crítica.

Essa carência encontrada em muitas escolas dialoga diretamente com muitos dos desafios que esses docentes enfrentam para aplicar metodologias ativas em sala

de aula, uma vez que, sem esses materiais adequados, o docente se limita quanto as práticas pedagógicas. Na disciplina de Geografia é importante para uma aprendizagem reflexiva e crítica a utilização de materiais que ajudem na compreensão. O uso de mapas, tecnologias digitais, livros atualizados e instrumentos de observação de espaço muitas vezes não são trabalhados por falta de recursos. Nesse contexto, observa-se que o professor de Geografia acaba por se reduzir apenas a aulas expositivas e ao livro didático, o que pode causar desinteresse do estudante e o afastando cada vez mais de uma realidade socioespacial.

Essa precarização da docência no Brasil está relacionada a ausência de políticas públicas que sejam eficazes e que contemplem cada especificidade das disciplinas ministradas no ambiente escolar. Na Geografia, observa-se a ausência de programas que visem uma formação continuada de qualidade, voltada as demandas reais da prática docente, e não restrita a propostas generalistas e distantes da realidade escolar. A inexistência desses programas muitas vezes impede que os professores atualizem suas práticas frente aos desafios contemporâneos, como os conflitos territoriais, as mudanças climáticas e as desigualdades socioespaciais, temas que carecem de constante atualização nos livros didáticos. No contexto Pernambucano, por exemplo, o tema do ano letivo de 2025 foi intitulado “Vidas, Escolas e Comunidades: educar para a promoção da justiça socioambiental” essa temática reforça a importância de uma formação docente que integre essas questões às práticas pedagógicas, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência crítica e ambiental nos estudantes.

A escola pública brasileira, contudo, sofre cada dia mais com essa precarização, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, nos quais a ausência de políticas de financiamento adequadas limita a capacidade de ofertar um ensino público de qualidade.

Diante desse panorama, a precarização do trabalho docente passa a se revelar como um fenômeno que ultrapassa os limites de contratação e se faz presente em um modelo estrutural que põe a educação pública em último plano quanto as prioridades do Estado. Na Geografia, esse panorama passa a comprometer diretamente na formação dos estudantes, enquanto cidadãos, uma vez que essa disciplina, na visão do educador fragiliza o pensamento crítico das dinâmicas sociais e espaciais.

### 3.2 Conceituação da precarização do trabalho

A precarização do trabalho pode ser entendida como uma deterioração de condições laborais, condições essas que implicam em alguns fatores, como a falta de uma instabilidade, os salários baixos e a insegurança no seu cargo ocupado. No contexto educacional, é importante compreender que a precarização da docência não é uma questão meramente técnica, mas se manifesta em diversas dimensões.

Como aponta Candau, (2013, p. 41), “conceber o educador como um agente sociocultural ainda constitui uma perspectiva somente anunciada em alguns cursos de formação inicial e/ou continuada de educadores.”

Ao observarmos as condições de desvalorização da docência no Brasil, percebemos que o próprio sentido da docência é comprometido: a precarização fragiliza a identidade do professor, reduzindo-o profissional a um mediador de tarefas e não um educador crítico, com autonomia didática. Essa mesma precarização educacional se manifesta em diversas áreas pedagógicas, a começar pela ausência de formação continuada e a degradação nas condições de ensino ao longo dos anos.

Nesse contexto de precarização do trabalho docente, a combinação de condições inadequadas, salários baixos e infraestrutura precária nas escolas municipais e estaduais do país contribui significativamente para uma desvalorização da carreira docente. De acordo com o Globo (2014), mais de 60% dos docentes são obrigados a trabalhar em mais de uma escola para que consigam completar a sua renda mensal, o que passa a comprovar a fragmentação dos vínculos de trabalho oferecidos no Brasil, além, de registrar como essa jornada se torna cada vez mais exaustiva.

Esse processo possui raízes profundas no contexto de reformas educacionais de caráter neoliberal. Tais reformas, são observadas nas políticas educacionais brasileiras, têm sido justificadas, sob a ótica liberal, com meios de implementar um modelo de ensino que incorpora algumas formas de características próprias de uma lógica empresarial, lógica essa, que se alinha certas exigências com o grande capital, promovendo assim a mercantilização da educação e transformando atualmente o professor apenas como um executor de metas.

O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), analisa como essa flexibilização dos direitos trabalhistas, aborda aspectos tanto econômicos quanto sociais após a reforma trabalhista de 2017.



No setor educacional, destacam-se três principais problemáticas relacionadas à precarização educacional: A precarização material, simbólica e organizacional. Essas dimensões envolvem desde a insuficiência das infraestruturas em diversas redes públicas, a desvalorização no plano de carreira, baixa remuneração e demandas pedagógicas que fogem da sua área de formação. Tal precarização atinge todos os níveis educacionais, afetando diretamente sua autonomia em sala de aula, bem como sua saúde física e mental.

Na educação básica, de acordo com o Censo Escolar de 2017, o professor de Geografia em atuação está longe de obter a valorização profissional necessária e reconhecimento para continuar atuando no magistério de forma digna. Os dados indicam que a precarização docente afeta diretamente a qualidade de vida e bem-estar dos profissionais da educação. A instabilidade contratual que atinge muitos dos profissionais de Geografia compromete diretamente na qualidade de ensino que é ofertado nas redes públicas. Essas condições de instabilidade contratual dos professores acabam por limitar planejamentos pedagógicos a curto e longo prazo, dificulta o estabelecimento de um vínculo com os alunos e prejudica o desenvolvimento de projetos interdisciplinares a serem trabalhados dentro do período letivo. Além disso, professores contratados temporariamente têm menos acesso a recursos na formação continuada.

De acordo com o projeto Todos Pela Educação (2022), publicado em novembro do mesmo ano, foi apresentada cinco propostas para o Governo Federal com o objetivo de promover melhorias na formação docente, além de buscar avanços para a seleção e valorização do magistério. No entanto, essas diversas medidas legislativas que se observa atualmente, têm contribuído para intensificar a flexibilização e às contratações temporárias, sem a realização de concurso público nas capitais, amplia assim uma carga horária dos docentes sem corresponder com a devida compensação salarial. Após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabelece um “Novo Regime Fiscal”, com um teto de gastos públicos por 20 anos, impactou diretamente nos recursos destinados ao financiamento da educação, um exemplo claro da ausência de políticas públicas comprometidas com uma educação de qualidade, afetando, por consequência, as condições de trabalho dos professores.

No caso da Geografia, disciplina de caráter crítico e reflexivo, essa precarização tem sofrido cada vez impactos mais severos, uma vez que a sua

abordagem pedagógica exige tempo e estabilidade para promover debates sobre questões como desigualdades socioespaciais, econômicas, ambientais e territoriais dentro das salas de aula. As atuais condições de trabalho dos professores de Geografia são, portanto, cruciais para uma garantia de um ensino qualidade. Isso se deve ao fato de que essas condições estruturais e institucionais das escolas públicas precisam desempenhar um papel fundamental no processo de ensino/aprendizagem, impactando diretamente nessa prática pedagógica. Nesse sentido, as formas de desvalorização profissional tornam-se fatores determinantes para a insatisfação na carreira docente contribuindo para dia mais para uma evasão na carreira.

Essa precarização da docência no Brasil vai além de baixos salários e uma sobrecarga de função, essa precarização tem desencadeado a evasão da profissão, especialmente entre os jovens que estão saindo do ensino médio e adentrando nas universidades públicas. De acordo com o Ministério da Educação (2025), apenas 3% dos estudantes querem seguir na carreira de professor após finalizar o ensino médio. Além disso, a nota de corte no Sisu, mostra que as licenciaturas nas Federais estão com nota média de 512 pontos. O Ministério da Educação (MEC), lançou um pé de meia dentro das licenciaturas para que incentivasse a formação de professores no país. Esse desinteresse na profissão docente reflete a ausência de políticas eficazes de valorização docente, que passa a resultar em um ciclo contínuo de desestímulo profissional.

Outro ponto crucial para um aumento na precarização e desvalorização da carreira docente é o déficit de professores nas áreas rurais e nas periferias urbanas. De acordo com o Censo Escolar de 2023, o Maranhão é o estado com o pior registro de profissionais com o diploma universitário, dados revelam que 33% dos docentes não possuem o ensino superior, o diploma é apenas exigido para os docentes que atuam nos anos finais do fundamental e do ensino médio. O mesmo censo mostra que um quarto desses docentes que são formados no ensino superior não atuam na área específica. Essa realidade revela que a precarização da docência é também uma questão geográfica, onde regiões mais vulneráveis socioeconomicamente sofrem com o descaso do estado. A carência de profissionais qualificados para a área passa a comprometer com o ensino que é ofertado, perpetuando assim desigualdades quanto ao acesso ao conhecimento.

Dessa maneira, a conceituação da precarização docente passa a englobar não apenas a desvalorização docente em números, mas passa a se manifestar no

cotidiano escolar e na autonomia dos profissionais quanto ao seu reconhecimento social. Aspectos esses que serão abordados a seguir.

De acordo com Azevedo, Lopes e Nobre 2019, essa precarização do trabalho docente dentro da educação básica mostra uma “intensificação” quanto as reformas educacionais, especialmente as reformas que surgiram a partir dos anos de 1990, nesse ano houve uma acentuação de sobrecarga nas funções dos professores. A “mercantilização” da educação básica transformou o ambiente escolar em um espaço que é voltado a uma lógica de mercado, comprometendo de forma direta com a formação integral dos alunos e submetendo muitos docentes a exigências que fogem das suas responsabilidades pedagógicas e da sua prática diária. Os autores afirmam que essas políticas centradas em questões financeiras contribuem para o esgotamento físico e mental dessa categoria. O atual cenário de desvalorização e precarização da carreira docente se agrava na medida que os professores são responsabilizados por metas estabelecidas e que muitas vezes não são alcançadas, um sistema que não oferece condições mínimas e dignas para a categoria, resultando assim em um distanciamento quanto a carreira docente.

### **3.3 Condições de trabalho e vínculos empregatícios precários**

Observa-se que algumas das condições de desvalorização do trabalho docente decorrem de diversas lacunas estruturais. Essa desvalorização da docência não é recente, mas refletem as consequências de reformas neoliberais que foram implementadas a partir do século XX. Essas reformas resultaram em uma intensificação da precarização do trabalho docente, especialmente ao longo das décadas de 1980 e 1990, afetando principalmente nas questões de financiamento e nas formações da categoria docente. A categoria docente passou a vivenciar o crescimento de vínculos empregatícios temporários, remuneração baixa e falta de estabilidade, agravando a sobrecarga física e emocional.

Segundo com Marx (1848 p.25), “a história de toda sociedade até aqui é a história de luta de classes”. Nesse contexto, quando se aplica à educação, percebe-se um quadro bastante alarmante, no qual os docentes são vistos apenas como prestadores de serviços e não como um profissional reconhecido pelo seu potencial e por seu compromisso com a formação cidadã.

A precarização das condições de trabalho docente no Brasil está ligada ao processo de reestruturação produtiva e uma lógica empresarial dentro do setor educacional. De acordo com Oliveira e Pires (2014), o docente passa a ser visto como um agente operário do conhecimento, onde suas reais funções são constantemente moldadas pelos padrões de produtividade que é imposto pelo Estado. O estado garante uma valorização profissional, mas, na prática, essa valorização é esvaziada diante da intensidade das jornadas exercidas pela categoria, por uma desvalorização salarial e por uma ausência de políticas voltadas a uma flexibilização. O retrato do professor de Geografia, nesse modelo, é observado como um mero mediador de um sistema que busca valorizar apenas a padronização e o controle, mas insiste em negligenciar a dignidade da categoria.

Segundo Candau (2014), por muitos anos o magistério foi uma profissão extremamente valorizada e prestigiada. Atualmente, nota-se que a reconfiguração do trabalho docente tem deixado marcas de uma grande intensificação de tarefas não pedagógicas, o que passa a impactar diretamente na qualidade do ensino que se é ofertado nas escolas da rede pública, bem como nas relações de vínculos que deixam de ser construídas entre professor/aluno. Nesse cenário de vínculos empregatícios precários se faz cada vez mais presentes, especialmente quando se observa que muitos docentes, para que possam garantir sua estabilidade financeira se veem obrigados a lecionar em instituições diferentes, acumulando jornadas de trabalho extremamente exaustivas gerando assim não apenas problemas de saúde física e emocional ao longo dos anos, mas também impactando na sua qualidade e capacidade de planejar, inovar e refletir mais sobre as suas práticas pedagógicas dentro do âmbito escolar.

Antemão, quando se faz essa análise das condições de trabalho que os docentes se encontram atualmente, observa-se um quadro extremamente preocupante de precarização, que tem se expressado de diversas maneiras ao longo das últimas duas décadas, sobretudo através da desvalorização salarial. Segundo o Censo Escolar de 2024 (INEP, 2024), Pernambuco está entre as redes estaduais que possuem mais contratos temporários do que efetivos.

Segundos dados registrados no Plano Nacional por Amostras de Domicílios, (PNAD, 2025), o salário médio de um professor da rede pública básica deve ser garantido no valor de R\$4.867,77 reais em todo o país. Entretanto, em alguns estados e municípios observa-se que não ocorre esse cumprimento com o piso salarial

estabelecido para os professores da educação básica, e essa disparidade salarial acarreta um processo de desvalorização da carreira docente e automaticamente incentiva a precarização do magistério. Além de baixos salários, os docentes enfrentam diariamente jornadas de trabalho exaustivas. Pesquisas apontam que os professores da educação básica muitas vezes trabalham mais de 40 h semanais, se considerar que além das aulas ministradas, os docentes organizam atividades extraclasse, auxiliam os pais e alunos, planejam aulas por corrigem provas e organizam eventos como a feira de ciências, datas comemorativas, entre outras atividades. O excesso dessa carga horária é agravado se considerar que alguns docentes ainda atuam em outras instituições (Faria; Rachid, 2015).

Nota-se que as condições físicas e estruturais das escolas passam a impactar diretamente na qualidade das aulas ministradas e essa precariedade da infraestrutura das escolas afeta a eficácia do ensino além de restringir as necessidades quanto a inovações tecnológicas. A somatória desses fatores vivenciados por muitos profissionais da educação abrange uma ausência de reconhecimento profissional e demonstram uma ausência políticas públicas que possam reverter esse cenário de desvalorização que afeta a qualidade da educação pública.

A crescente informalidade nos contratos de trabalho acarreta um quadro da desvalorização da educação pública que tem se agravado devido a um crescimento de deficiência do estado. O crescimento no número de professores sob contratos temporários fragiliza o compromisso com uma educação que pensa em projetos pedagógicos a longo prazo. Dados divulgados pelo Todos pela Educação (2024), observa-se que Pernambuco é o estado que possui mais contratos temporários. O número de docentes concursados caiu drasticamente em 10 anos, enquanto o número de profissionais sob contratos temporários cresceu entre 2013 e 2023. Essa tendência passa a contribuir com uma rotatividade e impede diretamente uma construção de vínculos com a comunidade escolar.

Além da falta de estabilidade e de um vínculo com a comunidade escolar, esses profissionais que estão sob contratos temporários não possuem acesso aos mesmos recursos que os profissionais efetivados têm, como por exemplo a progressão na carreira, licenças remuneradas e participação em projetos de formação continuada. Segundo Santos (2025), muitos dos professores temporários sequer recebem uma formação inicial ao assumir o cargo, sendo lançados diretamente em sala de aula sem

a devida preparação adequada, e esses vínculos precários muitas vezes dificultam uma organização sindical.

A ausência de concursos públicos regulares nas regiões pelo país gera críticas constantes dos diversos sindicatos. Apesar da grande carência quanto a professores para as áreas de ciências humanas, como a geografia, o governo de Pernambuco insiste em autorizar contratações temporárias de profissionais para a área da educação básica, sem pensar na estabilidade profissional que os concursos proporcionam para os docentes das licenciaturas. Assim, essa precarização contratual distancia o profissional da sua função social, reforçando a desvalorização, adoecimento, evasão da carreira e descaso com a educação pública.

A participação dos docentes na elaboração de políticas educacionais se torna fundamental para que suas necessidades passem a serem consideradas, criar espaços de diálogos entre a gestão e a comunidade escolar vai promover soluções eficientes para que os problemas sejam resolvidos dentro do ambiente escolar.

Em suma, essas condições de trabalho precárias dos docentes no Brasil, se tornam desafios que demandam certas ações de políticas públicas eficazes como a valorização do magistério, melhores condições físicas e uma garantia de direitos trabalhistas que se tornam fundamentais para que se tenha uma educação de qualidade.

### **3.4 O retrato do professor de Geografia na rede pública**

Antes de tudo, nota-se que a formação dos docentes de Geografia nas universidades se tornou um componente crucial que vem moldando a qualidade de ensino nas redes públicas. A licenciatura em Geografia trabalha com a integração da prática e da teoria, possibilitando aos futuros professores uma base bastante sólida quanto ao conteúdo. Todavia, percebe-se que dentro do curso de Geografia existe uma grande dificuldade quanto a juntar a teoria acadêmica que se é trabalhada em sala com a realidade que se irá vivenciar nas escolas.

O retrato do docente de Geografia nas redes básicas de ensino carrega marcas de uma formação que muitas vezes são insuficientes, o que passa a refletir de maneira direta na qualidade que se é ofertada aos estudantes.

Segundo Candau (2014, p. 34) “Em uma época de crise generalizada; em que emergem novos paradigmas tanto do ponto de vista político-social, como científico,

cultural, e ético, o sentido da educação precisa ser ressignificado”. Nesse contexto, a formação desses docentes muitas vezes evidencia grandes falhas entre a teoria e a prática educativa das escolas.

De acordo com o Censo Escolar (INEP, 2023) na versão preliminar, observa-se que nos anos iniciais de ensino fundamental, os docentes que possuem formação superior ou equivalente na área de Geografia são de 75,1% para ministrar as aulas ficando na frente apenas do ensino religioso e língua estrangeira. Para os anos finais do ensino fundamental os docentes em Geografia possuem apenas 63,4%, ficando na frente apenas de artes e língua estrangeira. Nesses indicadores o percentual de disciplinas que são ministradas por docentes com formação adequada se reduz, se comparar com os anos iniciais. As regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam o pior cenário e um menor percentual com professores com a formação adequada, dados preocupantes quando se considera a complexidade da disciplina e a metodologia que essa área exige durante toda a sua formação.

Nos indicadores para o ensino médio se observa uma melhoria quanto a área de Geografia, os dados revelam que 77,7% dos professores possuem a formação adequada para a sua área. Essa vulnerabilidade quanto a formação não se limita apenas a uma carência de conhecimentos que foram adquiridos durante a sua formação, mas sim, abrange aspectos que são essenciais para um melhor desempenho e planejamento de aulas. A Geografia, enquanto disciplina, tem como objetivo trabalhar áreas importantes em sala de aula como análises de paisagens, leitura de cartas e mapas, escalas, além de se fazer a compreensão crítica e dinâmica de questões socioambientais.

Observa-se que muitos docentes apresentam dificuldades quanto a organizar conteúdos que vinculem a prática e a teoria, enfrentam obstáculos quanto ao domínio de metodologias específicas e na construção de mapas e atividades de campo, o que passa a limitar uma construção de aulas dinâmicas, que valorizem a compreensão crítica do espaço geográfico que vivem. Além disso, os conteúdos ofertados na formação universitária nem sempre são utilizados de maneira adequada nas escolas, o que gera um choque para os docentes que estão iniciando o seu magistério. Percebe-se que em muitas universidades pelo Brasil, a licenciatura é voltada para a teoria e pouco se conecta com a realidade que o futuro docente irá vivenciar em sala de aula.

Essa separação dentro da formação passa a impactar diretamente em conseguir adaptar esses diversos conteúdos à rotina dos discentes, especialmente quando são trabalhados em espaços escolares em zonas periféricas e socialmente vulneráveis, onde essa desigualdade social se torna um componente central no processo do ensino aprendizagem da Geografia. Programas como o Plano Nacional da Educação, (PNE), buscam políticas públicas que reforcem a valorização na formação docente, políticas que passem a integrar a formação do profissional com as demandas nas redes de ensino, buscando assim uma construção de um perfil que possua didática, domínio teórico e prático e sensibilidade quanto às realidades que são vivenciadas dos alunos.

O docente em Geografia que está inserido nesse ambiente de precarização passa a vivenciar desafios quanto às suas demandas pedagógicas e materiais. A geografia enquanto disciplina, cobra-se sempre atualizações constantes sobre seu espaço, suas práticas pedagógicas e território.

“A Geografia, como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seus conhecimentos sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural, e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformações, o momento atual da chamada mundialização da economia” (Pontuschka; Paganelli; Cacete, 2007, p. 38).

No entanto, para que venha a ocorrer essas representações sociais, o docente necessita de condições adequadas, tempo para planejamentos de aula e uma formação continuada com acesso a melhores recursos atualizados, para que trabalhe a sua disciplina de maneira eficaz nas escolas públicas. Esses conjuntos de fatores quando não são trabalhados de uma maneira eficiente acabam gerando déficits quanto às práticas pedagógicas que muitas vezes influenciam na formação e que por sua vez acabam impactando negativamente na aprendizagem dos alunos para com a disciplina ministrada.

Para mudar essa realidade, se faz necessário uma profunda reflexão sobre como essas políticas de formação da docência vêm impactando diretamente o magistério. Nota-se a importância de ampliar estágios supervisionados dentro da graduação da licenciatura com uma maior carga horária em escolas municipais e estaduais, para que assim as metodologias trabalhadas na graduação e a vivência em



sala de aula por meio dos estágios se aproximem de uma realidade que o futuro professor de Geografia consiga se visualizar.

### **3.5 Formação inicial e continuada do Professor de Geografia**

Em primeiro lugar, a formação inicial e continuada do professor de Geografia passa a desempenhar um papel crucial quanto às suas práticas pedagógicas. Essa formação continuada é um projeto que têm como objetivo articular a teoria e a prática educativa no campo da docência para que ocorra transformações e melhorias na qualidade do ensino. De acordo com Candau (2014), a autora enxerga que a formação continuada é um elemento crucial na trajetória dos docentes, especialmente quando se observa desafios que muitos professores vivenciam. Para a autora, a formação continuada é uma estratégia importante para o fortalecimento da atuação docente. Entretanto, muitas vezes os professores passam a enfrentar certas dificuldades quanto a essa formação continuada.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9.394/96, (Brasil, 1996), essa lei foi criada para que houvesse inovações no âmbito da formação continuada da docência, criando melhorias quanto à formação superior dos professores da educação básica para que haja mudanças quanto ao currículo escolar. No entanto, por conta da desvalorização da docência essa formação continuada não é vivenciada pelos professores, em muitos casos observa-se um quadro vicioso de quanto mais precárias as condições das escolas, menores vão ser as possibilidades de melhorias de atuação profissional promovendo assim uma maior dificuldade em articular as práticas pedagógicas inovadoras dentro do ambiente escolar.

A formação inicial do professor se deu a partir do século XX, foi a partir da década de 30 que houve uma certa expansão da docência. Esse modelo de formação vem se atualizando a cada ano. Durante muitos anos, essa formação foi deixada de lado como uma “formação secundária” acarretando assim uma desvalorização de carreira. Essa formação inicial e continuada do professor tem passado por diretrizes curriculares ao longo dos anos para que se alinhem suas demandas aos diversos cursos de Licenciatura. A resolução da CNE/CP N° 2/2015, garante que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada da educação básica

aconteça. Essa resolução busca garantir melhores condições de trabalho para os profissionais quanto às suas demandas pedagógicas.

No entanto, estudos apontam que essa formação dos professores de Geografia apontam uma distância quanto aos conteúdos acadêmicos e a realidade escolar. Segundo Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p. 38).

Se considerarmos a docência como atividade intelectual e prática, revela-se necessário ao professor ter cada vez maior intimidade com o processo investigativo, uma vez que os conteúdos, com os quais ele trabalha, são construções teóricas fundamentadas na pesquisa científica.

Na pesquisa de Bonini da Silva e Serra (2024) eles retratam bem essa ausência de uma formação acadêmica e a prática pedagógica dos docentes que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Eles abordam que muitos professores se sentem despreparados quanto a essa modalidade de ensino e como se faz importante ter programas de formação continuada para esses profissionais.

A formação continuada é uma estratégia crucial para um melhor desempenho profissional na docência, essa formação é importante para proporcionar melhores condições práticas que contribuem para uma construção de identidade docente e melhores práticas pedagógicas. Milton Santos em suas produções enfatizava a importância de considerar as dimensões políticas quanto ao espaço geográfico. Para uma boa formação continuada é fundamental que os docentes sejam capazes de promover dentro do ambiente escolar uma educação geográfica que vá muito além de descrever o espaço, mas sim, incentivar uma reflexão crítica.

Essa reflexão se correlaciona com a pedagogia de Paulo Freire que traz tópicos valiosos para a formação. As reflexões de ambos os autores enriquecem uma boa prática pedagógica na Geografia, passa a promover uma educação que é comprometida com a qualidade de ensino. É importante notar que a formação continuada busca por meio de cursos permitir que os professores passem a analisar detalhadamente e criticamente as diversas dinâmicas espaciais no ambiente escolar. Essa formação integra teorias que facilitem a prática docente.

No ensino superior, percebe-se que a experiência em muitos programas acadêmicos auxilia para uma melhor formação, o PIBID, por exemplo, se apresenta como um programa de eficácia para que os futuros professores passem a vivenciar melhor o cotidiano escolar, permite que desenvolvam por meio do programa competências que se alinhem com as necessidades reais das escolas. A formação de

docentes de Geografia nas redes públicas brasileiras se tornou um fator para uma melhor qualidade de ensino. De acordo com o Censo Escolar de 2023, o número de matrículas em cursos de Licenciatura nas redes públicas de ensino foi de 20,7% de matrículas, se fizer uma comparação com 2022 e 2023, houve uma queda de 0,4% nesse período. Com base no mesmo Censo, o indicador de adequação na formação dos docentes em Geografia é de 77,7% no ensino médio.

Para a formação continuada o PNE busca garantir que 50% dos docentes da educação básica tenham a pós-graduação na sua área de conhecimento. Apesar de alguns avanços na formação continuada, ainda se nota um caminho a ser percorrido para que se busque atingir melhores resultados. Ainda assim, se percebe uma disparidade regional quanto às formações continuadas. Nas demais regiões como o Nordeste, Norte e Centro-Oeste existe um déficit significativo na oferta e na participação de programas de formação continuada, o que passa a evidenciar uma maior vulnerabilidade.

Essas disparidades na formação continuada estão relacionadas com as desigualdades socioeconômicas e as diferentes políticas públicas que são oferecidas em cada região, nas regiões Norte e Nordeste são as mais impactadas com os índices baixos de formação. Essas disparidades limitam o desempenho dos professores gerando prejuízo quanto a qualidade do ensino da Geografia e contribuindo com uma desigualdade na aprendizagem dos estudantes.

Contudo, a formação inicial e continuada dos professores de Geografia deve ser avaliada como um processo contínuo, articular a teoria e a prática para fundamentar as complexidades do espaço geográfico. A junção de autores como Milton Santos e Paulo Freire enriquece o processo de formação, promove uma educação geográfica que está comprometida com a formação de estudantes com pensamentos críticos.

### **3.6 Condições de trabalho dos professores de Geografia por região**

A princípio, nota-se que a distribuição dos docentes de Geografia no Brasil revela uma discrepância entre as diversas regiões, o que passa a refletir uma desigualdade socioeconômica e educacional por todo o País. Segundo o Censo Escolar de 2023, os docentes estão majoritariamente nas regiões Sul e Sudeste do País, onde possuem maior infraestrutura educacional. Na região Norte, nota-se uma

escassez de docentes formados na sua área de atuação para lecionar em áreas rurais e de difícil acesso. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, (INEP), destaca que nas áreas rurais a porcentagem de professores nos anos iniciais está em 9% possuindo formação superior como ilustra a tabela 1

Com base na análise de Meneses, Silva e Lopes (2024), observa-se que as reais condições de trabalho dos professores de diferentes regiões no Brasil apresentam uma disparidade de desigualdades que afetam diretamente os docentes de áreas rurais e periféricas. A distribuição desigual de muitos recursos didáticos interfere na qualidade do ensino que é ofertado nessas escolas, evidencia um descaso e gera uma lógica de exclusão que passa a comprometer com a garantia de uma educação de qualidade. Os autores destacam que essa precarização da docência se intensifica à medida que avança para as áreas periféricas e rurais, onde essas escolas muitas vezes enfrentam uma infraestrutura inadequada, carência quanto a transporte escolar e ausência de recursos didáticos.

Nota-se que nas regiões Norte e Nordeste são as regiões que mais sofrem com essa desvalorização profissional. Em áreas rurais desses territórios, os docentes precisam se adequar para enfrentar longas jornadas para chegar até a escola, muitas vezes sem possuir segurança no trajeto. Como apontado no estudo, essa invisibilidade desses profissionais é reforçada por uma lógica de que apenas áreas urbanas necessitam de políticas educacionais, desconsiderando todos os desafios enfrentados pelos docentes nos diferentes contextos sociais.

Essa carência de formação adequada passa a impactar diretamente na qualidade do ensino de Geografia, uma vez que a disciplina requer conhecimentos específicos para a compreensão do espaço geográfico e as suas dinâmicas dentro e fora do ambiente escolar. As condições de trabalho que alguns docentes vivenciam nas redes públicas brasileiras são o retrato da precarização e da desvalorização da carreira docente. Essas condições afetam significativamente as esferas administrativas. Observa-se que os docentes que atuam nas redes Federais no Brasil recebem salários maiores, em comparação com os docentes das redes municipais e estaduais.

Essa disparidade salarial é o que faz com que muitos professores da educação básica recorram a buscar outras instituições para obter uma renda salarial maior. Além das disparidades salariais entre as regiões, nota-se que muitas escolas da rede

municipal e estadual possuem uma infraestrutura inadequada que por muitas vezes afeta o ensino oferecido. Segundo o Anuário Brasileiro de Educação Básica 2024, 94% das redes públicas contam com itens necessários para que o ambiente escolar funcione, como: água potável, banheiros, cozinhas e energia elétrica. Em contrapartida, apenas 47,6% dessas escolas possuem uma rede pública de esgoto, e apenas 78,3% contam com a coleta de lixo nas regiões como mostra a tabela 2.

**Tabela 1 - Infraestrutura básica em Escolas Públicas.**

<b>Infraestrutura</b>	<b>Percentual de escolas com disponibilidade</b>
Água Potável	> 94
Banheiro	> 94
Cozinha	> 94
Energia Elétrica	> 94
Rede Pública de esgoto	47,6
Coleta Regular de Lixo	78,3

Fonte: Anuário Brasileiro de Educação Básica, 2024.

No que diz respeito aos equipamentos para a aprendizagem dos docentes, os dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Educação Básica, revela que apenas 48,3% das redes públicas possuem biblioteca ou sala de leitura, 36,2% das escolas públicas contam com quadra de esportes, 29,7% dispõem de laboratórios de informática e apenas 10% possuem laboratórios de ciências como mostra a tabela 2.

**Tabela 2 - Equipamentos para Aprendizagem em Escolas Públicas.**

<b>Equipamentos</b>	<b>Percentual de escolas</b>
Biblioteca/ sala de leitura	48,3
Quadra de esportes	36,2
Laboratório de Informática	29,7
Laboratório de Ciências	10

Fonte: Anuário Brasileiro de Educação Básica, 2024.

De acordo com o Anuário Brasileiro, esses números mostram uma parcela significativa dos estudantes que não contam com alguns recursos essenciais para um melhor desempenho dentro da grade curricular. Essa disparidade entre acessos de recursos pedagógicos entre as escolas por região acarreta uma desigualdade e dificulta uma atualização pedagógica.

“Os espaços são desiguais e isso não deve ser visto como obra apenas da natureza. Compreender as desigualdades sociais e espaciais é uma das grandes tarefas de geógrafos educadores” (Castrogiovanni *et al.*, 2003, p. 175).

Nas regiões Norte e Nordeste, fica bastante evidente como essa precarização ocorre de maneira significativa. Em Pernambuco, por exemplo, o trabalho docente está cada vez mais precário. O estado tem vivenciado o crescimento de desigualdades educacionais no que se refere a desvalorização profissional, as gestões públicas, os materiais de ensino principalmente nas esferas municipais e estaduais. Segundo o Censo Escolar de 2023, observa-se muitos professores de Geografia que ainda atuam sem a devida formação na sua área. Nota-se que 46,3% dos docentes lecionam a disciplina de Geografia sem a formação para a área, esse número considerável de docentes atuando passa a impactar diretamente na qualidade do ensino que se é ofertado nas redes públicas de ensino.

As escolas que ficam situadas no interior ou em áreas rurais são as que mais são negligenciadas e enfrentam diretamente o descaso do estado. Muitas dessas escolas públicas carecem de uma infraestrutura que atenda aos requisitos básicos para uma educação de qualidade como: bibliotecas atualizadas, laboratórios de informática, acesso à internet e materiais didáticos atualizados para com a realidade que eles vivenciam no seu território.

O atual cenário da educação pública em Pernambuco, vem sofrendo dia após dia com o descaso e precarização da carreira docente. Com base em algumas denúncias feitas a diversos meios de comunicação, essa ausência de políticas educacionais afeta de maneira direta a atuação dos docentes. O descaso do poder público estadual, especialmente na atual gestão, vem sentindo as críticas e greves por meio dos movimentos sociais e dos professores. Em fevereiro de 2025, se observou mais de 4 mil docentes perdendo o vínculo com as escolas sem um aviso prévio ou um plano de recomposição para com o quadro docente, gerando protestos e denúncias para o Ministério Público.

Docentes das áreas de interior e de áreas rurais sofreram após serem desligados de formas abruptas de seus cargos, prejudicando diretamente a continuação de projetos pedagógicos e interferindo com a aprendizagem dos alunos dessas regiões. Essas ações, embora argumentada e justificada pelo governo com base no Tribunal de Contas do Estado, só revela a ausência de políticas públicas eficientes e planejada para o magistério.

A precarização do trabalho docente está interligada a diversas situações, a precariedade estrutural, por exemplo, é um dos fatores que prejudicam diretamente com a qualidade da docência, um dos fatores que expõe a ausência de políticas públicas de educação de Pernambuco. De acordo com o Diário de Pernambuco publicado em 06 de fevereiro de 2025, o Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação em Pernambuco (SINTEPE), denunciou situações precárias quanto a infiltrações nas escolas estaduais após o início do ano letivo, a denúncia informava a escassez de cadeira, recursos pedagógicos, infiltrações e desabamentos de tetos. Essas condições só mostram como o estado está despreparado para garantir ambientes adequados para alunos e professores.

Diante desse contexto de precarização e desvalorização regional, observa-se um quadro alarmante em Pernambuco. Essa distribuição regional e as condições de trabalho de alguns docentes da rede pública são marcadas por disparidades socioeconômicas por conta da falta de políticas públicas.

Para que ocorra uma melhoria nas condições do magistério, é crucial implementar novas políticas que passem a visar a valorização da docência de Geografia independente de sua localização geográfica.

### **3.7 Perfil atual dos professores de Geografia**

O perfil dos docentes de Geografia da rede pública brasileira revela um perfil de avanços quanto a formação, mas ainda se observa algumas lacunas significativas no que se refere a sua formação específica em sua área. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2023 os docentes de Geografia ficam em 6º lugar com a formação na sua área de lecionar, apontam que 77,7% possuem a licenciatura na sua própria disciplina, enquanto os demais têm a formação em outras áreas. Nota-se que essa realidade é um resultado de um processo histórico quanto a uma flexibilização na contratação de docentes. Esse quadro de flexibilização e desvalorização profissional

impacta de forma direta na qualidade do ensino, uma vez que essa ausência de uma formação adequada passa a comprometer o trabalho que se é ofertado em sala de aula, e evitando assim o uso de metodologias próprias da Geografia escolar.

A formação dos docentes de Geografia no Brasil na educação básica mostra um panorama de contrastes regionais que geram desigualdades históricas quanto ao acesso à educação superior, nos investimentos públicos ofertados pelo estado e nas condições de trabalho. Conforme dados obtidos pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, as análises de dados entre 2013 e 2023 revela um avanço gradual quanto a formação adequada dos docentes da área, ao mesmo tempo que se observa a permanência de professores em situações precárias ou muitas vezes desvinculadas da sua real área de formação, principalmente em áreas periféricas.

O contexto atual no Brasil revela um avanço significativo quanto a formação superior ao longo da última década. Esse avanço na formação dos professores de Geografia revela um esforço significativo ainda que desigual, de um crescimento e fortalecimento da formação inicial e continuada.

Na região Nordeste, observa-se um avanço mais lento quanto a qualificação docente, comparada ao cenário nacional. No cenário atual de formação docente nota-se que as instituições que ofertam o curso se concentram nos centros urbanos, gerando uma fragilidade de políticas públicas na fixação dos docentes nas áreas rurais e na ausência de concursos públicos das redes municipais. Essa situação de precarização e desvalorização da carreira passa a evidenciar uma desarticulação entre a formação acadêmica e a prática docente diária. Apesar dos avanços ao longo da última década, a qualificação da docência no Nordeste precisa de melhorias quanto a qualidade educacional.

No estado de Pernambuco, observa-se de maneira clara e precisa a complexidade quanto a formação docente no Nordeste. Os dados revelam que ainda há uma parcela de docentes que ministram aulas sem a sua formação adequada, passando assim a comprometer com processo de ensino – aprendizagem, especialmente nas regiões de interior. Essa fragilidade observada na formação de Geografia em Pernambuco revela que mesmo possuindo uma estrutura na formação de professores de Geografia que é marcada principalmente nas instituições públicas, ainda se observa um déficit quanto a formação em áreas específicas de títulos de pós-graduação que se tornam apropriados para uma prática pedagógica mais crítica.



De acordo com Gil (2014), existe um grande desafio a ser percorrido quanto a consolidação de uma carreira que permita que os docentes formados em Geografia passem a ter acesso a uma formação especializada e contínua de qualidade. Isso significa que, na prática, poucos docentes já formados possuem títulos na sua área de ensino, o que passa a indicar uma insuficiência na formação avançada. O perfil atual dos docentes Brasil segundo o Anuário Brasileiro de Educação Básica 2023, em relação ao corpo atual de docentes formados em ensino superior representa uma porcentagem de 12,8%, atuando na educação básica, o pior índice foi observado na educação infantil em que um a cada cinco docentes não possuíam o curso superior.

A formação acadêmica desses professores de Geografia nas redes municipais e estaduais demonstra um cenário que vem sendo marcado por grandes avanços ao longo das últimas décadas, especialmente a partir da expansão das licenciaturas. No entanto, nota-se que esse avanço em algumas regiões ainda é desigual quanto a formação continuada. Esse panorama é ligado diretamente a faixa etária que predomina essa classe, pois grande parte dos docentes que atuam no magistério pertencem ao grupo entre 40 e 59 anos, conforme dados publicados pelo Censo Escolar (2023), esse dado indica que muitos dos docentes ingressaram na docência em um contexto de transformações significativas na educação brasileira. No entanto, é importante ressaltar que a menor presença dos professores em início de carreira não deve ser compreendida como um reflexo de menor capacidade de inovação, mas sim como um resultado de questões estruturais e formativas. Alguns fatores como a sobrecarga do trabalho, o limitado acesso aos recursos pedagógicos e as políticas de insuficientes de formação continuada e as condições salariais pouco atrativas contribuem de forma mais direta para a redução da atratividade e da renovação do magistério, impactando na implementação de práticas pedagógicas inovadoras. Essa precarização no plano de carreira impacta diretamente a garantia de melhores condições quanto a permanência na profissão, como por exemplo, a ausência em realização de concursos públicos em algumas regiões. As regiões Norte e Nordeste são as mais impactadas quanto a docentes fora da sua área de atuação, essa distribuição de docentes de Geografia passa a evidenciar uma diferenciação quanto aos níveis de ensino, além de que essas disparidades regionais dificultam a implementação de um ensino da Geografia mais consistente e que se alinhe as diretrizes curriculares nacionais e reforçam um diagnóstico de que esse perfil docente não é igual no país todo, mas sim, condicionado por fatores econômicos e estruturais.

De acordo com Pires (2012), compreender a prática pedagógica do professor de Geografia implica partir do entendimento de cada ação, cada gesto, cada palavra está imediatamente inserida num contexto maior, que transcende a sala de aula: a escola.

Dessa forma, o perfil atual dos docentes de Geografia apesar de suas limitações formativas e institucionais, ainda se baseiam em uma prática pedagógica que seja voltada para uma resistência frente as dificuldades enfrentadas no seu cotidiano. Esse cenário atual carece de uma reflexão mais profunda sobre as políticas voltadas para uma melhor qualidade do exercício da profissão. Torna-se indispensável de formulação de políticas públicas que promovam uma valorização dos professores, incentivem a formação e atuação de docentes nas áreas mais vulneráveis e fortaleça programas para uma formação continuada, garantindo assim uma educação de qualidade que seja ofertada em todo o território nacional.

### **3.8 Análises críticas das políticas de valorização dos professores**

A valorização do magistério no Brasil ao longo das décadas especialmente no âmbito da Geografia, tem se mostrado como um objeto de grandes discussões no quesito educacional, dado um grande histórico de desvalorização material e simbólica. A valorização docente não pode ser entendida apenas como uma busca por melhores qualidades salariais, mas sim, como um conjunto de ações que melhore as condições de formação inicial e continuada, reconhecimento social e de carreira. Fazer uma análise quanto ao perfil atual dos docentes de Geografia passa a evidenciar avanços e desafios que devem ser considerados para uma formulação de políticas voltadas para uma valorização da carreira docente.

A princípio, o avanço significativo de docentes que lecionam na sua própria área mostra um avanço quanto a formação continuada que deve se manter valorizada e fortalecida mediante programas de incentivo a especialização e aperfeiçoamento. Essa formação inicial embora garantida por diversas instituições de ensino de rede pública, é avaliada por diversos professores na área como insuficientes para enfrentar todos os desafios diários no ambiente escolar. Essa mesma formação continuada, que deveria se fazer presente e ser um direito assegurado por políticas públicas eficaz, é marcada por uma precariedade constante.

A valorização do magistério é um princípio crucial para que exista uma consolidação de um sistema educacional que seja equitativo e de qualidade para

todos da comunidade escolar. De acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (Brasil, 1996) (Lei nº 9.394/1996), é de suma importância que exista um compromisso do estado com uma valorização dos profissionais da educação. No entanto, quando se faz uma análise crítica dessas políticas educacionais voltadas para essa valorização da carreira docente, se observa uma grande discrepância entre as leis voltadas e a efetivação delas.

Essas políticas de valorização docentes têm sido notadas e descontinuadas ao longo dos anos, muitas vezes marcadas por um viés que subordina certos interesses educacionais a plenas demandas de mercados. Embora haja discursos políticos que apontem o professor como uma figura central para uma educação de qualidade, a realidade encontrada é outra, uma vez que em muitas escolas os docentes apontam uma certa distância entre o que é vivenciado e o que é proclamado. Além dos baixos salários, as condições inapropriadas e ausências de plano de carreira, são resultados de uma valorização limitada. Essa contradição na valorização de políticas públicas exige um olhar que vá além do superficial, mas sim, passe a investigar os reais interesses e impactos no cotidiano dos docentes.

No contexto educacional atual, fazer essa análise crítica voltada para uma valorização na formação docente se faz necessário pois essa precarização não é um fenômeno isolado, mas sim, um conjunto de políticas que são oriundas de uma reforma neoliberal, reforma essa que reduz o papel do Estado e coloca a responsabilidade nos docentes. Ao problematizar a ausência de políticas se percebe que o discurso de valorização colocado muitas vezes pelo estado, serve apenas para legitimar muitas das reformas educacionais e ocasionar adoecimentos físicos e emocionais nos docentes, gerando assim uma evasão na carreira. Ainda assim, somente a partir de uma compreensão e das contradições das políticas é que se torna possível buscar alternativas que sejam eficazes e coerentes com a realidade que os docentes vivenciam no âmbito escolar. Isso envolve desde o cumprimento da Lei nº 11.738/2008, até uma criação de um sistema que esteja articulado com as diferentes propostas educacionais dentro da esfera federativa.

A análise crítica das políticas de valorização dos docentes no Brasil embora representem avanços significativos ainda falham em promover e buscar melhores condições de reconhecimento quanto a carreira docente. Desde a promulgação da Lei de Piso Profissional Salarial houve um esforço do governo quanto a estabelecer um patamar mínimo de remuneração entre os estados, mas na prática essa lei não é

cumprida, o que gera um cenário de desvalorização persistente. De acordo com Diário de Pernambuco (2025), ocorreu uma mobilização dos docentes da rede municipal de Recife que ganhou destaque após a categoria decretar estado de greve, rejeitando a proposta de reajuste de apenas 1,5% oferecida pela prefeitura de Recife, que passa a ignorar o índice que é proposto por lei de 6,27% estabelecido na Lei nº 11.738/2008, além de apresentar como uma “proposta” de aumento de R\$1,00 no tíquete de alimentação. Em 9 de maio de 2025, 1.500 docentes implementaram a paralisação, esse movimento durou cerca de duas semanas e foi suspenso apenas no dia 22 de maio após um reajuste de 3,27%, ambos ainda abaixo do piso que é determinado pelo MEC (Arruda, 2025).

A mobilização por meio de greves passa a evidenciar de maneira pontual as discrepâncias quanto as aplicações efetivas de leis educacionais nas redes municipais e estaduais, expondo assim uma necessidade de políticas educacionais que sejam eficazes e que passem a articular o reconhecimento salarial e o acompanhamento pedagógico dentro das redes públicas.

No entanto, essas políticas públicas educacionais que são implementadas ao longo dos anos passam a revelar um percurso que é marcado por contradições e lacunas diante da diversidade de desafios que muitos docentes enfrentam. A legislação estabelece princípios de valorização para o magistério, porém, fica à mercê da vontade pública. No campo da Geografia essa realidade se agrava ainda mais por conta da carência de políticas que sejam voltadas para uma formação continuada específica, gerando assim um aprofundamento teórico raso e ausência de metodologias ativas dos docentes em sala de aula.

Observa-se que um ponto pouco explorado dentro dos ambientes escolares é a democratização dos espaços de decisão nas instituições públicas. A estrutura escolar brasileira é marcada por um modelo de gestão padronizada, na qual muitas das decisões são tomadas por instâncias superiores, como por exemplo a Secretaria de Educação e Gestores escolares, sem que haja uma participação ou colaboração de docentes que são os principais atores dentro do campo e do processo pedagógico. Essa configuração de decisões remete os professores como meros agentes e não sujeitos críticos e ativos na construção do ambiente escolar.

O professor precisa estar inserido dentro desse contexto de decisões pedagógicas, curriculares e institucionais, seja na participação direta do PPP: Projeto Político - pedagógico, escolha de materiais didáticos atualizados, organização do

calendário letivo ou até mesmo nas estratégias de ensino que são trabalhadas nas salas e aula. Onde há uma gestão democrática participativa que ouve o corpo docente há maiores engajamentos dos professores e baixa rotatividade profissional.

Acima de tudo, é crucial que o Estado assuma uma postura que garanta que a valorização dos professores saia de um campo retórico e se faça presente resgatando a centralidade do docente como um agente fundamental na construção de uma educação pública de qualidade

#### **4. METODOLOGIA**

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, com caráter descritivo e analítico, articulando a revisão da literatura com análise de dados estatísticos secundários. (Gil, 2008). Essa combinação metodológica visa compreender a precarização do trabalho docente entre os professores de Geografia da rede pública de ensino no Brasil, com ênfase em sua formação acadêmica e adequação à disciplina que lecionam.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na revisão narrativa da literatura, que permite examinar criticamente produções acadêmicas sobre o tema em um recorte temporal flexível, possibilitando a contextualização histórica e política do fenômeno investigado (Ribeiro; Milanese, 2020). Foram selecionadas obras acadêmicas, artigos científicos e documentos oficiais disponíveis nas bases SciELO, Google Acadêmico e no Portal de Periódicos CAPES, utilizando os descritores: “precarização do trabalho docente”, “professor de Geografia”, “valorização docente”, “formação docente” e “condições de trabalho”. Essa abordagem proporcionou compreender o estudo em diferentes naturezas e períodos, proporcionou uma visão ampla, histórica e social sobre como esses processos de desvalorização e precarização passa a atingir o magistério brasileiro. A leitura analítica foi selecionada por relevância, profundidade conceitual e a relação direta com a temática de precarização docente, especialmente no ensino da Geografia. Dessa maneira, a revisão da literatura fundamenta as questões teóricas que serão articuladas, posteriormente, a análise de dados estatísticos, promovendo uma abordagem integrada e crítica.

A segunda etapa envolveu análises de dados estatísticos oficiais, obtidos juntos ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP),

por meio de solicitação formal respondida pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (CGCQTI – CEICQED). Os dados analisados referem-se à formação docente dos professores que lecionam Geografia no Brasil, na região Nordeste e no estado de Pernambuco, considerando a série histórica de 2013 a 2023 (Brasil, 2023).

As informações foram categorizadas conforme os critérios de adequação da formação docente a disciplina lecionada, conforme as cinco categorias definidas pelo INEP.

Grupo 1: Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que lecionam.

Grupo 2: Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que lecionam.

Grupo 3: Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado como complementação pedagógica) em área diferente daquela que lecionam.

Grupo 4: Docentes com formação superior não consideradas nas categorias anteriores;

Grupo 5: Docentes sem qualquer formação superior.

A análise de dados estatísticos será conduzida por meio de leitura crítica e interpretação a luz da literatura revisada, com apoio da análise de conteúdos de Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias temáticas que evidenciem as manifestações da precarização no perfil e na formação dos professores de Geografia.

Essa metodologia possibilita não apenas descrever os dados, mas também interpretá-los sob uma perspectiva crítica e dialética, articulando elementos quantitativos e qualitativos no enfrentamento do problema de pesquisas.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **5.1 A precarização do trabalho docente: uma análise a partir da literatura**

Os estudos analisados demonstram que essa precarização não é recente, mas sim, uma construção histórica, moldadas por diversas reformas educacionais, políticas neoliberais e por um processo contínuo de desvalorização da carreira docente (Almeida, 2018).

A literatura analisada, distribuídas entre artigos acadêmicos, teses, livros especializados, revistas e documentos institucionais, revelou que essa desvalorização do professor de Geografia está internamente ligada a condições estruturais, como: baixos salários, contratos temporários, falta de infraestrutura nas escolas e uma ausência de políticas públicas voltadas para uma qualidade na formação Inicial e continuada dos professores. No Geografia essa desvalorização é ainda mais agravada por uma série de desafios relacionados a uma fragmentação curricular e uma ausência no suporte didático e pedagógico (Ribeiro; Dutra; Marques, 2024).

A análise das literaturas evidenciou que esse processo de desvalorização docente não se limita apenas a dimensões materiais de trabalho, mas sim, a aspectos simbólicos e subjetivos da docência. Muitos autores citados no presente trabalho destacam que o professor tem perdido o seu reconhecimento social, sendo submetido a diversos discursos e cobranças por resultados que ignoram as limitações estruturais atuais do sistema educacional brasileiro. Esse processo de desvalorização da docência causa um impacto direto na carreira docente, gerando uma baixa autoestima profissional e interferindo na permanência dos docentes na carreira.

Portanto, os resultados adquiridos da revisão narrativa confirmam a existência de um quadro de grande desvalorização profissional que é multifacetado e sistemático, que compromete de maneira direta a qualidade da educação básica no Brasil. Ao mesmo tempo, esses estudos mostram contribuições para que interpretem

dados estatísticos analisados na etapa seguinte da pesquisa, permitindo uma leitura crítica dos professores de Geografia por regiões nas redes públicas de ensino.

## 5.2 Análise estatística sobre o perfil e a precarização dos professores de Geografia

A análise estatística dos dados que são fornecidos pelo INEP (2013-2023) permitiu que traçasse um panorama nacional, regional e estadual acerca da formação docente dos professores que atuam no ensino da Geografia no Brasil. Os resultados foram distribuídos conforme as cinco categorias de adequação da formação docente quanto a disciplina lecionada. A leitura crítica dos dados, associada a análise de conteúdos, possibilita identificar indícios da precarização da docência, sobretudo nas regiões mais socioeconomicamente vulneráveis. No Brasil, nota-se um crescimento consistente na proporção de professores classificados no Grupo 1, que representa a formação. (Licenciatura ou Bacharelado). Em 2013, esse grupo representava 51,2% dos docentes no ensino fundamental, alcançando 70,1% em 2023. No ensino médio, o salto foi de 67,9% para 77,7%.

Conforme pode ser observado na tabela 3, houve um crescimento significativo e contínuo do percentual de professores com a formação adequada. (Grupo 1) no Brasil entre 2013 e 2023. Apesar disso, os percentuais do grupo 3 e 5 ainda demonstram que a precarização na formação docente persiste, especialmente no ensino fundamental.

**TABELA 3 – Percentual dos docentes de Geografia no Brasil (2013-2023).**

Ano	Brasil (G.1)	Brasil (G.2)	Brasil (G.3)	Brasil (G.4)	Brasil (G.5)
2013	51,07%	1,40%	24,33%	5,33%	17,87%
2014	53,7%	1,23%	24,63%	4,00%	17,7%
2015	53,50%	1,47%	24,30%	4,03%	16,70%
2016	55,50%	1,37%	23,60%	4,10%	15,43%
2017	55,47%	1,37%	23,97%	3,97%	15,23%
2018	55,80%	1,40%	24,70%	3,70%	14,40%
2019	57,90%	2,00%	25,70%	4,17%	10,23%
2020	60,50%	1,90%	25,50%	2,43%	9,67%
2021	61,30%	0,87%	24,97%	2,20%	10,67%
2022	62,30%	0,63%	24,00%	1,67%	11,40%
2023	61,40%	0,57%	24,77%	1,57%	11,70%



Fonte: Inep, elaborado pela autora (2025).

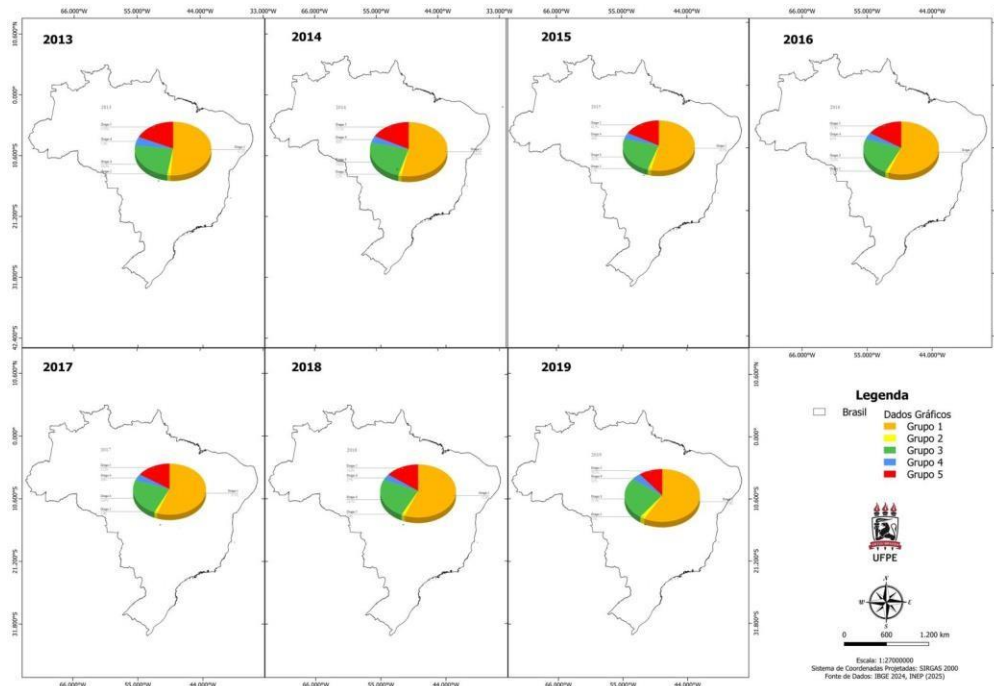
Grupo 1: Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que lecionam.

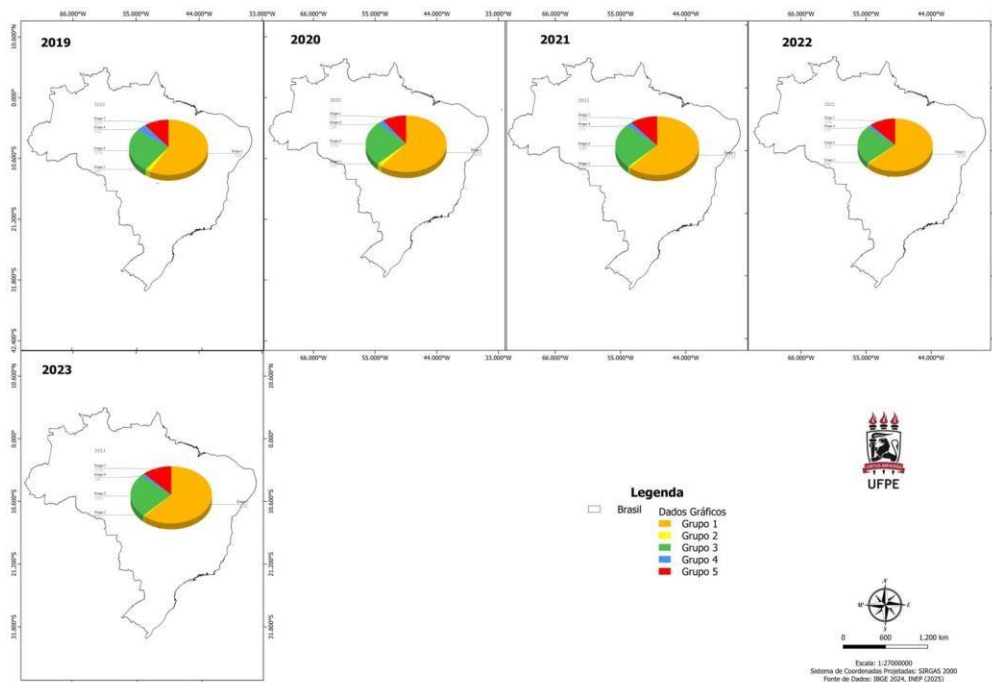
Grupo 2: Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica na mesma área da disciplina que lecionam.

Grupo 3: Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado como complementação pedagógica) em área diferente daquela que lecionam.

Grupo 4: Docentes com formação superior não consideradas nas categorias anteriores;

Grupo 5: Docentes sem qualquer formação superior.





Elaborado pela autora (2025).

No Nordeste, os dados revelam um processo de melhoria de maneira gradual, porém ainda se observa esse processo lento e desigual. No ensino fundamental, o grupo 1 passou de 51,20% para 58,90% em (2013), e no ensino médio, de 53,10% para 76,80%. Apesar de observa avanços significativos, chama atenção o alto percentual de docentes do Grupo 3 e 5: ainda que em 2023, 20,1% lecionavam Geografia com sua formação em outras áreas, e 18,6% não possuíam nenhuma formação superior adequada para o ensino fundamental, conforme observado na tabela 4.

**Tabela 4 – Percentual de Docentes de Geografia – Nordeste.**

Ano	Nord. (G.1)	Nord. (G.2)	Nord. (G.3)	Nord. (G.4)	Nord. (G.5)
2013	36,30%	0,40%	25,50%	8,60%	29,20%
2014	41,53%	0,40%	26,03%	4,53%	27,50%
2015	42,47%	0,43%	25,93%	4,23%	26,93%

2016	44,90%	0,47%	25,87%	4,27%	24,50%
2017	44,03%	0,40%	27,23%	4,60%	23,73%
2018	44,70%	0,47%	27,43%	4,37%	23,03%
2019	47,27%	1,17%	29,03%	5,37%	17,17%
2020	50,63%	1,13%	28,90%	2,83%	16,50%
2021	50,17%	1,00%	28,40%	2,73%	17,70%
2022	53,20%	0,80%	25,77%	1,63%	18,60%
2023	52,83%	0,77%	25,80%	1,57%	19,03%

Fonte: Inep, elaborado pela autora, 2025.

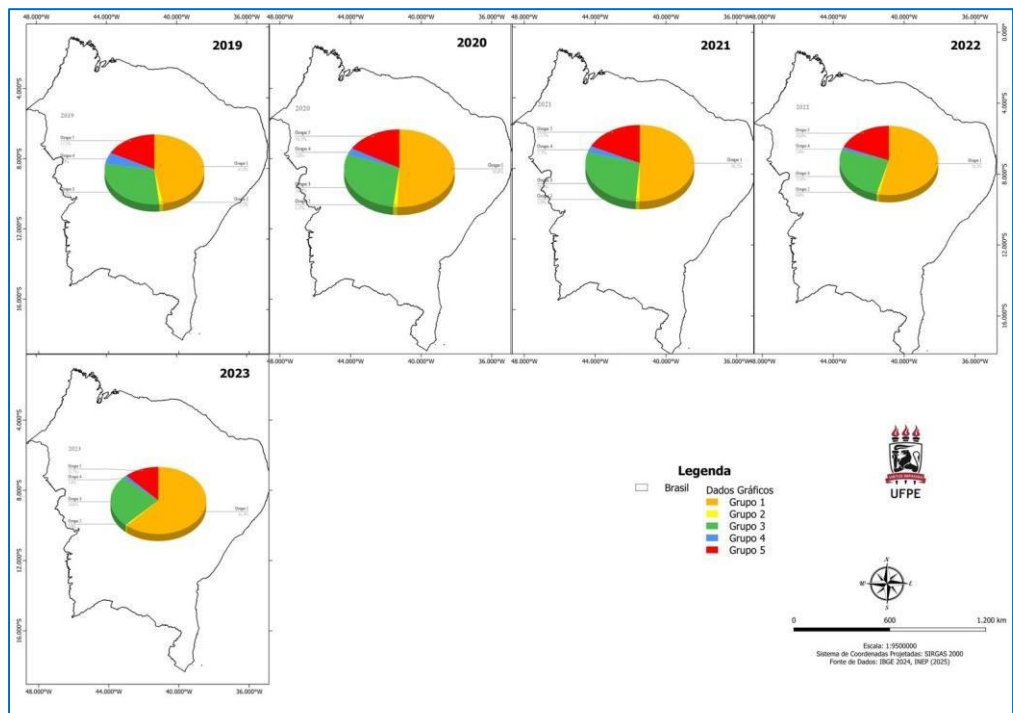
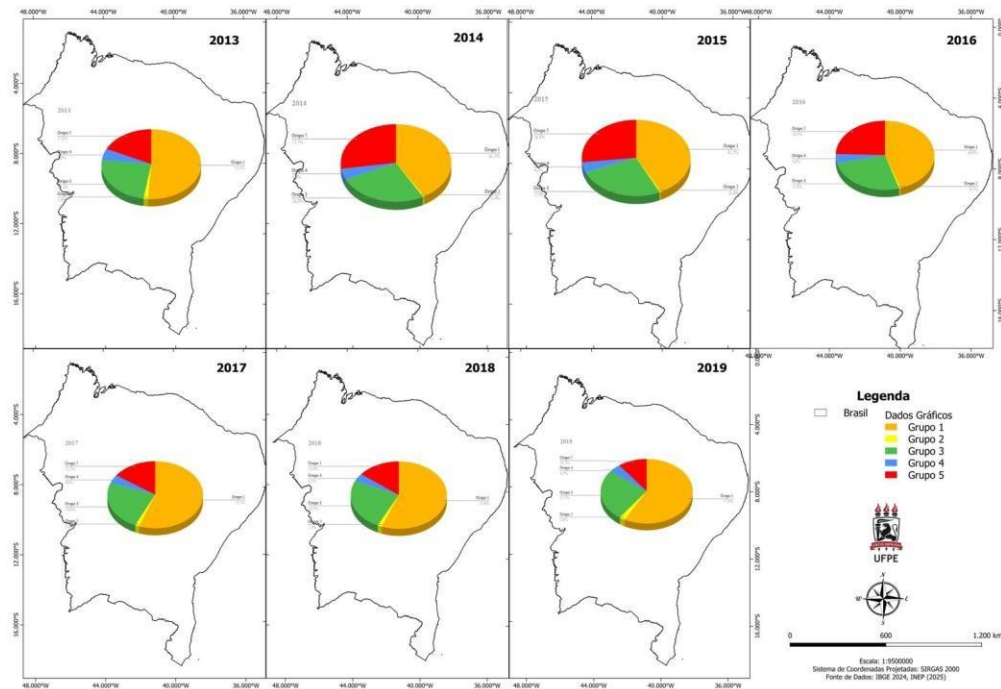
Grupo 1: Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que lecionam.

Grupo 2: Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica na mesma área da disciplina que lecionam.

Grupo 3: Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado como complementação pedagógica) em área diferente daquela que lecionam.

Grupo 4: Docentes com formação superior não consideradas nas categorias anteriores;

Grupo 5: Docentes sem qualquer formação superior.



Elaborado pela autora (2025)

### 5.3 Pernambuco: Avanços e Limites

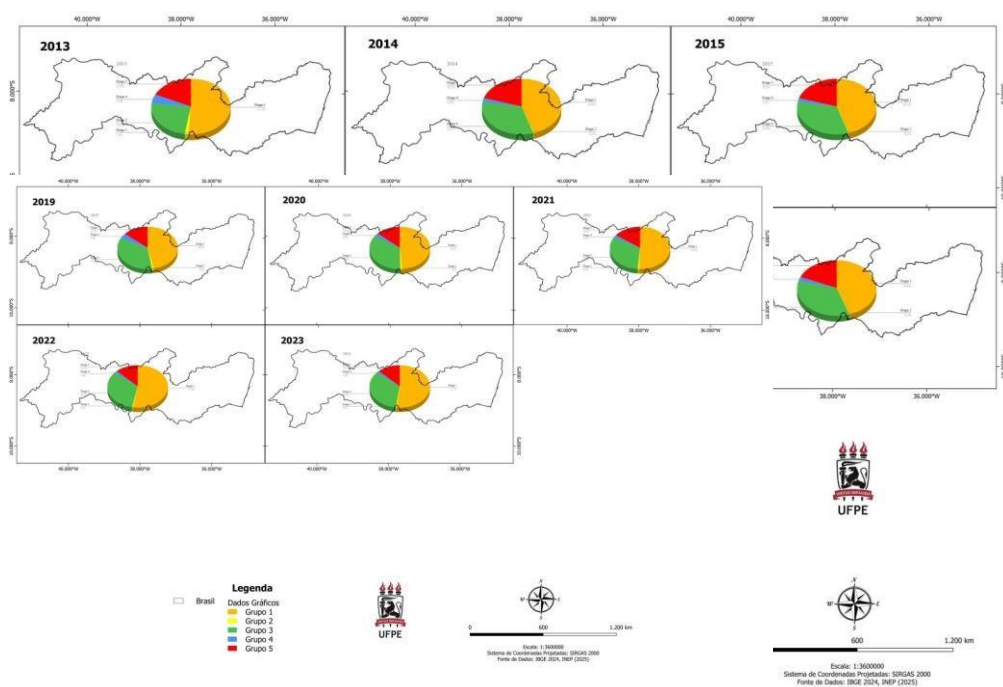
Em Pernambuco, observa-se que os dados mostram um avanço, embora com algumas limitações. No ensino fundamental, nota-se que a proporção de professores do Grupo 1 aumentou de 36,30% em 2013, para 52,83% em 2023, enquanto no ensino médio passou de 62,2% para 68,8%. Ainda assim, mais de 20% dos docentes que atuam no ensino fundamental em 2023 estavam dentro do grupo 3 e 5, o que evidência uma significativa precarização da carreira docente.

No EJA (Educação de Jovens e Adultos), a situação que observamos é ainda mais crítica. Em 2023, apenas 28% dos docentes estavam presentes dentro do grupo 1, enquanto o grupo 3 representava 55,8%, indicando mais da metade dos docentes que atuavam diretamente sem formação específica na área. Isso evidência as negligências históricas com o EJA, e mostra um dos aspectos mais notórios de precarização da docência na Geografia.

**Tabela 5 – Percentual de docentes na Geografia – Pernambuco.**

Ano	Pern. (G.1)	Pern. (G.2)	Pern. (G.3)	Pern. (G.4)	Pern. (G.5)
2013	43,87%	0,23%	32,33%	2,43%	21,13%
2014	44,97%	0,20%	32,47%	2,27%	20,10%
2015	45,10%	0,13%	32,43%	2,20%	20,13%
2016	45,20%	0,17%	33,60%	2,37%	18,67%
2017	44,33%	0,10%	34,00%	2,40%	19,17%
2018	44,60%	0,17%	34,20%	2,57%	18,47%
2019	46,60%	0,97%	35,00%	3,97%	13,47%
2020	48,70%	0,97%	34,77%	2,60%	12,97%
2021	50,40%	0,87%	31,77%	2,23%	14,73%
2022	52,37%	0,57%	33,30%	1,63%	12,13%
2023	51,53%	0,53%	34,17%	1,63%	12,13%

Fonte: Inep, elaborado pela autora, 2025.



No Brasil, entre os anos de 2013 e 2023, observa-se transformações relevantes no que diz respeito a qualificação da carreira docente. Esses docentes são classificados em 5 grupos, conforme a sua formação. Dessa forma, a leitura crítica dos dados apontados na tabela 6, retrata um cenário de avanços de maneira gradual no que tange as qualificações dos professores de Geografia no Brasil, especialmente retratando a ampliação do grupo 1 e o grupo 5. Contudo, nota-se que o grupo 3 e 4 ainda persiste desafios bastante significativos quanto as políticas de formação e contratação dos docentes da área, faz-se necessário medidas eficazes para garantir uma educação pública de qualidade.

**Tabela 6 – Percentual de docentes de Geografia – Geral**

Ano	Ger. (G.1)	Ger. (G.2)	Ger. (G.3)	Ger. (G.4)	Ger. (G.5)
2013	43,74%	0,68%	27,39%	5,46%	22,73%
2014	46,52%	0,61%	27,71%	3,60%	21,56%
2015	47,02%	0,68%	27,56%	3,49%	21,26%
2016	48,53%	0,67%	27,69%	3,58%	19,53%
2017	47,94%	0,62%	28,40%	3,66%	19,38%
2018	48,37%	0,68%	28,78%	3,54%	18,63%
2019	50,59%	1,38%	29,91%	4,50%	13,62%
2020	53,28%	1,33%	29,72%	2,62%	13,04%

2021	53,96%	0,91%	28,38%	2,39%	14,37%
2022	55,96%	0,67%	27,69%	1,64%	14,04%
2023	55,26%	0,62%	24,24%	1,59%	14,29%

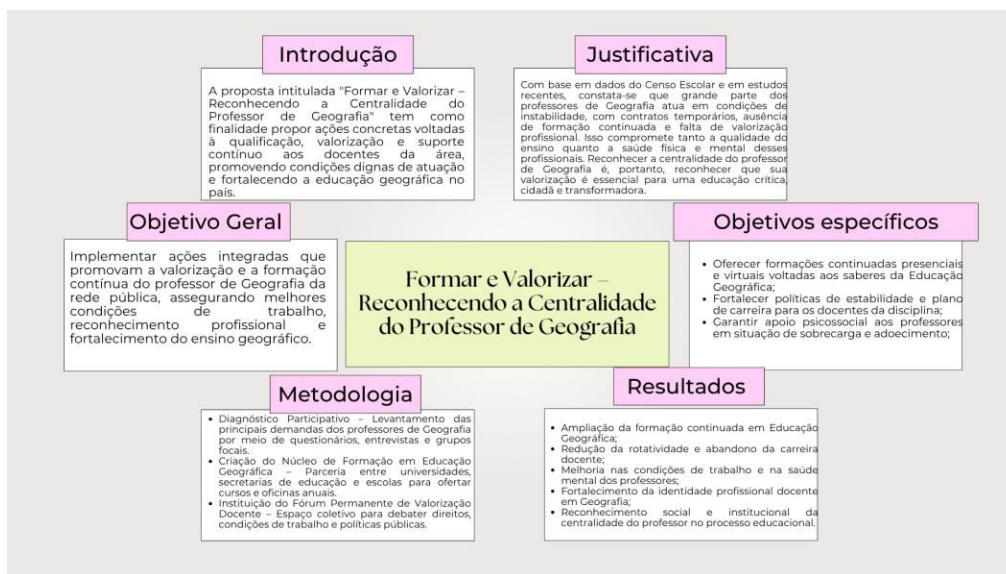
A partir das tabelas apresentadas acima, observa-se com clareza a evolução do perfil atual de formação dos docentes de Geografia no Brasil, Nordeste e Pernambuco entre os anos de 2013 e 2023. Apesar de notar um crescimento significativo do percentual de professores com a formação adequada (Grupo 01), os dados mostram a permanência expressiva dos docentes com a formação em áreas distintas, (Grupo 03), com formação superior que não é compatível, (Grupo 04), ou sem qualquer formação superior, (Grupo 05). O grupo 02, ainda que esteja presente ainda que em menor proporção, com a formação bacharelada na área, também se manteve revelando a diversidade e a precariedade na constituição do corpo docente ao longo dos anos.

Essas informações quantitativas e organizadas conforme os critérios do INEP, oferecem dados cruciais que interligam diretamente com a revisão da literatura. Os dados reforçam a necessidade de refletir sobre como as políticas públicas educacionais estão atuando ao longo desses últimos anos e como as desigualdades regionais afetam diretamente na desvalorização docente no ensino público brasileiro.

Como uma forma de contribuir para com soluções concretas e eficazes diante o cenário de precarização da docência analisada no presente estudo, elaborou-se uma proposta de intervenção intitulada - “Formar e Valorizar: Reconhecendo a centralidade do professor de Geografia”. A proposta de intervenção visa promover uma valorização quanto ao professor de Geografia na rede pública de ensino, por meio de ações de formação continuada, políticas públicas eficazes e uma regulamentação da carreira (Figura 1).

A proposta de intervenção pode ser trabalhada em vários programas, como: Instituições de nível superior afim de propor cursos de extensão voltadas para uma formação continuada da Geografia, nas Secretarias de Educação como uma parte de políticas públicas voltadas para uma valorização da carreira e prefeituras ou fóruns docentes como base para projetos de políticas públicas educacionais.

Figura 1: Proposta de intervenção



(Elaborada pela autora).

Compreender o retrato do professor de Geografia no Brasil é um passo fundamental para repensar práticas, currículos e políticas educacionais, de modo a enfrentar essa precarização do trabalho docente nas redes públicas de ensino e assim fortalecer a educação pública como um direito social e instrumento de transformação.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras analisadas revelam que a precarização da carreira docente não é um fenômeno recente, mas tem se intensificado ao longo dos anos devido à desvalorização salarial, à sobrecarga de trabalho e à escassez de políticas públicas voltadas à valorização da profissão. Nesse cenário, o professor de Geografia enfrenta desafios específicos, como a necessidade constante de atualização dos currículos escolares para abordar, de forma crítica e atual, as questões ambientais e sociais que vêm ganhando relevância nas últimas décadas.

A análise dos dados revelou que, embora tenha aumentado o número de docentes com formação específica em Geografia, ainda é significativa a presença de profissionais atuando fora de sua área de formação inicial. Esse dado evidencia fragilidades nos processos de contratação e na implementação de políticas de valorização da carreira docente no Brasil. Torna-se, portanto, urgente a ampliação e a qualificação de programas de formação continuada como estratégia fundamental para assegurar uma educação pública de qualidade.



Em síntese, este estudo reafirma a importância de políticas públicas voltadas à valorização do professor de Geografia, tanto por meio da melhoria das condições de trabalho quanto pela implementação de projetos que garantam a formação continuada e a permanência qualificada na docência. É imprescindível reconhecer o papel fundamental desses profissionais na formação crítica dos estudantes e no desenvolvimento de uma consciência geográfica capaz de compreender e transformar a realidade em que vivem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. **Ensino da Geografia: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Geográfica, 2018.

AZEVEDO, Ana Paula Lima; LOPES, Samuel Nobre; LOPES, Fátima Maria Nobre. Precarização do trabalho docente na educação básica: causas e consequências. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.5, n.10, p. 19413-19428, out.2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n10-167> Acesso em: 29 jul.2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP microdados do Censo Escolar. Brasília: INEP, 2023

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. **Educação (Porto Alegre impresso)**, Porto Alegre, v.37, n.1, p. 33-41, jan./abr.2014

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SCHAFFER, Neiva Otero; KAERCHER, Nestor André. **Geografia em sala de aula práticas e reflexões**. 4.ed, Porto Alegre, 2003.

CASTRO NETA, A.A de; CARDOSO, B.L; NUNES S, C.P. Desenvolvimento profissional e precarização do trabalho docente: perspectivas e (des)continuidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v.16, n.3, p. 2067-2082, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i3.14842. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14842> Acesso em 26 jul. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Infiltrações e falta de cadeiras. Síntepe denuncia situação precária de escolas estaduais após início das aulas. *Diário de Pernambuco*, 6 fev. 2025. Disponível em: [https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2025/02/infiltracoes-e-falta-de-cadeiras-sintepe-denuncia-situacao-precaria-d.html?utm\\_source=](https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2025/02/infiltracoes-e-falta-de-cadeiras-sintepe-denuncia-situacao-precaria-d.html?utm_source=) Acesso em 23 jul. 2025.

FARIA, Graciela Sanjutá Soares; RACHID, Alessandra. Jornada de trabalho dos professores da rede pública de ensino. **Rev. Fae**, Curitiba, v.18, n.2, p.162-177, jul-dez.2015.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Ed. 53. Editora Paz e terra, nov. 2019.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti; MOURMUL, Najla Mehana. O perfil do professor de Geografia no Brasil: entre o profissionalismo e a precarização. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v.20, n.71, p.420-438, set.2019, DOI: 10.14393/RCG207145988.

GIRÃO, Gabriel. Precarização da Educação: enquanto faltam professores em sala de aula, Raquel Lyra demite arbitrariamente mais de 4.000 contratados. Esquerda diário, 29 de Jan. 2025. Disponível em: [https://www.esquerdadiario.com.br/Enquanto-faltam-professores-em-sala-de-aula-Raquel-Lyra-demite-arbitrariamente-mais-de-4000?utm\\_source=](https://www.esquerdadiario.com.br/Enquanto-faltam-professores-em-sala-de-aula-Raquel-Lyra-demite-arbitrariamente-mais-de-4000?utm_source=) Acesso em 23 de Jul. 2025.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira; COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lilia. I.; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital e a precarização do trabalho docente. **Revista**

**HISTEDBR On line**, Campinas, SP. v.12 n.47, p.267-283. DOI:

10.20396/rho.v12i47.8640051. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640051>. Acesso em 21 jul.2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2023: Brasília. INEP, 2024.

Disponível em: <https://dados.gov.br/home> Acesso em 21. jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico. Brasília: INEP, 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar> Acesso em 21 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipea 2022, Rio de Janeiro,

maio.2022, DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2769>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Londres, avante, p.3, dez.1848.

MENESES, Vinicius de Paiva, SILVA, Alexandre Leite dos Santos, LOPES, Suzana Gomes. Condições de trabalho docente: uma escola de campo no semiárido piauiense. **Educação & realidade**, Porto Alegre. V.49, 9, e135529, 2024.

<http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236135529vs01>

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Segmentações históricas e contemporâneas da profissão docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.26, 2021.

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260095>

OLIVEIRA, Lourival José de; PIRES, Ana Paula Vicente. Da precarização do trabalho docente no Brasil e o processo de reestruturação produtiva. **Revista do Direito Público**, Londrina, v.9, n.1, p.73-100, jan./abril.2014. Disponível em:

<https://doi.org/10.5433/1980-511X.2014v9n1p73> Acesso em: 29jul. 2025.

PIRES, Lucineide Mendes. Da formação inicial ao exercício da profissão docente:

entre desafios, perspectivas e práticas no cotidiano do professor de **Geografia**. **Rev. Bras. Educ. Geog.**, Campinas, v.2, n.4, p.15-39, jul./ dez., 2012.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei.

**Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo, out.2007.

RIBEIRO, John Carlos Alves; DUTRA, Renata Dias; MARQUES, Ana Carolina de Oliveira. Trabalho docente Neoliberal e adoecimento mental sob o enfoque da Geografia da saúde do trabalhador. **Revista sapiência, sociedade, saberes e práticas educacionais**. V.13 n.1 (2024).

RIBEIRO, T.C; MILANESI, M.L. A revisão narrativa como estratégia metodológica para pesquisas qualitativas. **Revista contexto & educação**, v.35, n.115, p. 1-14, 2020.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. Dossiê: Globalização e educação: precarização do trabalho docente. Educ. Soc 25(89), dez.2004, DOI: 10.1590/S0101-7330200400400007.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. ANÁLISE DE CONTEÚDO: A VISÃO DE LAURENCE BARDIN. **Revista eletrônica de Educação**, (S.L), v.6, n.1, p.383-387, 2012, DOI: 10. 14244/ %198271199291. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291> Acesso em 21 Jul. 2025.

SANTOS, João Batista Silva dos. Precarização dos professores temporários da educação básica: Um levantamento bibliográfico. **Dossiê: Novas facetas da desfiguração do trabalho docente**. <https://doi.org/10.1590/CC289800> Acesso em 26 jul. 2025.

SANTOS, MILTON. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico- crítica**: primeiras aproximações. 11 ed, Campinas. Autores associados 2013.

SILVA, Pedro Henrique da Bonini; SERRA, Enio. Reflexões de Professores de Geografia sobre a formação continuada e a implementação do programa novo EJA da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. *Geografia, Ensino e Pesquisa*, 28, e87654. <https://doi.org/10.5902/2236499487654> Acesso em 23.jul 20225

STANDING, GUY. **O precariado**: a nova classe perigosa. Ed. 2, Autêntica, NUPSI, USP. 28.fev.2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário 2025: cap.6 - professores. In. Todos pela educação. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/capitulo-6-professores.html#2b110b53-38b7-46a4-b30d-122b2943b8c5> Acessado em 19 jul. 2025.